



**MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
AUDITORIA INTERNA**

RELATÓRIO DE AUDITORIA DE GESTÃO Nº 02/2013

IDENTIFICAÇÃO DA UNIDADE GESTORA E DIRIGENTES

ÓRGÃO – CÓDIGO	: MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (MPU) – 34.000
RAMO – CÓDIGO/UO	: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO (ESMPU) – 34.105
EXERCÍCIO	: 2012
CLASSIFICAÇÃO DAS CONTAS	: INDIVIDUAL

RAMO	: ESCOLA SUPERIOR DO MINISTÉRIO PÚBLICO DA UNIÃO
CÓDIGO/UG	: 200.234

DIRIGENTE : Dr. Nicolao Dino de Castro e Costa Neto
CARGO : Diretor-Geral
C.P.F. : 216.012.673-04
ATO DE NOMEAÇÃO : Portaria PGR nº 324, de 13/6/2012
ENDEREÇO ELETRÔNICO : ndino@esmpu.gov.br

DIRIGENTE SUBSTITUTA : Dra. Ivana Auxiliadora Mendonça Santo
CARGO : Diretora-Geral Adjunta
C.P.F. : 238.591.051-91
ATO DE NOMEAÇÃO : Portaria PGR nº 325, de 13/6/2012
ENDEREÇO ELETRÔNICO : ivana.santos@mpt.gov.br

INTRODUÇÃO

Apresentamos o Relatório de Auditoria de Gestão sobre as contas da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU, relativas ao exercício de 2012, peça complementar do Processo de Contas, elaborado em conformidade com os conteúdos gerais e específicos constantes do Anexo IV da Decisão Normativa TCU nº 124, de 5 de dezembro de 2012.

O presente Relatório reflete os exames realizados pela Auditoria Interna do Ministério Público da União sobre os atos e fatos da gestão orçamentária, financeira e patrimonial da ESMPU no exercício de 2012, cujos trabalhos foram executados por servidores da carreira de controle interno do MPU e outros especialistas nas áreas objeto das análises e avaliações da gestão.

Os procedimentos adotados observaram as normas e técnicas aplicáveis à Auditoria Pública e ao Controle Interno e incluíram testes de verificações físicas de bens patrimoniais e análise da documentação comprobatória dos atos de gestão, na abrangência e profundidade julgadas necessárias nas circunstâncias, objetivando a formação de opinião quanto à regularidade da gestão, no exercício examinado.

No decorrer do exercício de 2012, foi realizada auditoria *in loco* na Unidade, em relação a atos de gestão orçamentária, financeira e patrimonial, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis, avaliar os controles internos e a compatibilidade dos custos contratados com os parâmetros estabelecidos pela AUDIN/MPU e pela SLTI/MPOG, no caso de serviços de limpeza e vigilância.

1. AVALIAÇÃO DA CONFORMIDADE DAS PEÇAS EXIGIDAS NOS INCISOS I E II DO ARTIGO 13 DA IN TCU Nº 63/2010

A Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU apresentou as peças dos autos iniciais do processo das contas, relacionadas nos incisos I e II do art. 13 da Instrução Normativa TCU nº 63/2010. O Rol de Responsáveis foi preenchido com as informações constantes do art. 11 e o Relatório de Gestão contém os dados indicados no art. 12 da citada IN.

Na avaliação das peças quanto aos conteúdos e formatos obrigatórios estabelecidos na Decisões Normativas - TCU nºs 119/2012 e 124/2012, e Portaria - TCU nº 150/2012, verificamos algumas desconformidades no relatório de gestão, tendo sido expedido o Ofício 98/2013/AUDIN-MPU, solicitando aos responsáveis os devidos esclarecimentos, em atendimento ao disposto no inciso III da DN – TCU nº 124/2012, o qual prevê que “as desconformidades dos relatórios de gestão com os dispositivos da DN TCU nº 119/2012, consideradas as alterações da DN TCU nº 121/2012, e com a Portaria TCU nº 150/2012

observadas pelo órgão de controle interno devem ser reportadas no relatório de auditoria de gestão, que deve contemplar, também, os esclarecimentos oferecidos pelos responsáveis a esse respeito." (grifo nosso)

Em atendimento à solicitação da AUDIN/MPU, a Unidade Jurisdicionada apresentou os esclarecimentos devidos, por meio do Ofício nº 991/2013/DIRGE/ESMPU, de 28 de maio corrente, com as justificativas a seguir apontadas:

DN TCU Nº 119/2012 ANEXO II – PARTE A	DESCONFORMIDADE/JUSTIFICATIVA
Item 2 – subitem 2.4	<p>Desconformidade:</p> <p>A unidade não apresentou os indicadores utilizados para monitorar e avaliar a gestão.</p> <p>Justificativa:</p> <p><i>"Conforme solicitado, esclareço que a Secretaria de Planejamento e Projetos considerou o disposto no parágrafo 1º do Artigo 2º da Portaria – TCU nº 150, de julho de 2012 e que os indicadores foram apresentados ao longo dos textos 2.3 e 2.4 (uma vez que são complementares). Julgamos ser a forma mais eficiente para apresentação dos dados solicitados. Contudo, a fim de explicitar mais claramente os indicadores considerados pela ESMPU para mensuração da efetividade dos seus principais processos, pontuo abaixo:</i></p> <p>INDICADORES:</p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Quantidade de atividades acadêmicas realizadas – visa demonstrar a quantidade de atividades efetivamente executadas pela ESMPU ao longo do ano, a partir do total de atividades previstas e aprovadas pelo Conselho Administrativo. O indicador permite identificar a evolução da ESMPUI em termos de sua capacidade de execução anual. Pretende-se, até 2015, alcançar a meta de oferecer 2 vagas em cursos para cada membro e 1 vaga em curso para cada servidor do MPU. Para atingir esse desiderato, faz-se necessário que a ESMPU aumente a quantidade de cursos ofertados gradativamente, até 2015. Para isso, tem solicitado aumento de recursos orçamentários e buscado otimizar a execução das atividades. Indicador verificado pelo SIE – Sistema Integrado de Ensino.</i> – <i>Quantidade de servidores capacitados – conforme explicado no indicador anterior, a ESMPU almeja elevar a quantidade de membros e servidores capacitados até o alcance da proporção de 2 vagas por membro, 1 vaga por servidor. Para levantamento do indicador, são computados os números de inscrições efetuadas e certificados emitidos. Indicador verificado pelo SIE – Sistema Integrado de Ensino.</i> – <i>Quantidade de cursos de aperfeiçoamento e oficinas realizados – visa verificar quantas atividades oferecidas pela ESMPU são dos tipos 'oficinas' e 'curso de aperfeiçoamento', que oferecem uma</i>

	<p><i>capacitação ao membro e servidor mais concreta e prática. Indicador verificado pelo SIE – Sistema Integrado de Ensino.</i></p> <ul style="list-style-type: none"> – <i>Quantidade de pesquisas realizadas – objetiva demonstrar o total de pesquisas realizadas durante o referido exercício, a fim de verificar se houve crescimento na atuação da Escola em produção de conhecimento na área jurídica. Indicador verificado pelo SIE – Sistema Integrado de Ensino.</i> – <i>Médias das avaliações da reação dos participantes às atividades acadêmicas oferecidas – pretende demonstrar a satisfação dos treinados com o curso oferecido, no que diz respeito à programação, pertinência e relevância, apoio ao desenvolvimento do curso, desempenho didático dos capacitadores e conteúdos apresentados. Indicador verificado pelos relatórios avaliativos das atividades acadêmicas.</i> – <i>Médias das avaliações de impacto dos cursos de aperfeiçoamento no trabalho dos treinados – demonstra se as atividades acadêmicas realizadas pela ESMPU são pertinentes às atividades laborais dos membros e servidores do MPU, oferecendo contribuições relevantes para a melhoria do seu desempenho profissional. Consiste em objetivo da ESMPU a promoção do aperfeiçoamento e atualização dos membros e servidores. Para alcance desse objetivo, é necessário que as atividades oferecidas pela Escola estejam direcionadas às demandas de capacitação, de forma a gerar efeitos positivos nas atuações profissionais de seus participantes. Indicador verificado pelos relatórios avaliativos das atividades acadêmicas.</i>
--	----------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------------

2 AVALIAÇÃO DOS RESULTADOS QUANTITATIVOS E QUALITATIVOS DA GESTÃO

Conforme o Relatório de Gestão apresentado pela Unidade, as atividades ofertadas são avaliadas quanto à satisfação dos treinados e ao impacto que as atividades exercem nas atribuições funcionais dos treinados. Os resultados avaliativos, segundo a UJ, indicaram que as atividades oferecidas pela ESMPU se mantêm com um bom padrão de qualidade, gerando credibilidade que se reflete no apoio que os membros e servidores recebem em seus contextos de trabalho para participação em alguma atividade da ESMPU.

Consoante o referido relatório, as avaliações também apontam alguns indicadores de melhorias concernentes à atuação da ESMPU. Em 2011, foram cerca de 72 atividades canceladas. Em 2012, esse número caiu para 52, o que demonstra o empenho para executar o planejado para o ano. A UJ declara ainda que os resultados da avaliação do impacto dos treinamentos no trabalho apresentaram médias positivas, sobretudo se comparado a 2011, indicando que as atividades têm gerado efeitos positivos nas atuações profissionais de seus participantes e, conseqüentemente, na atuação do MPU.

A ESMPU informou que busca avaliar também o suporte recebido no contexto de trabalho dos treinados para aplicação das novas habilidades. Segundo a avaliação da Unidade, os dados indicam que frequentemente é dado o apoio devido para a correta aplicação dos conhecimentos adquiridos nos treinamentos.

3 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES INSTITUÍDOS PELA UNIDADE JURISDICIONADA

Após solicitação da AUDIN/MPU, a ESMPU informou os indicadores para avaliar o desempenho de sua gestão, bem como justificou, conforme o item 1 do presente relatório, que os indicadores foram apresentados ao longo dos textos 2.3 e 2.4 do Relatório de Gestão da ESMPU (uma vez que foram considerados complementares pela Unidade). São eles:

1. Quantidade de atividades acadêmicas realizadas;
2. Quantidade de servidores capacitados;
3. Quantidade de cursos de aperfeiçoamento e oficinas realizados;
4. Quantidade de pesquisas realizadas ;
5. Médias das avaliações da reação dos participantes às atividades acadêmicas oferecidas;
6. Médias das avaliações de impacto dos cursos de aperfeiçoamento no trabalho dos treinados;

Os indicadores têm a capacidade de representar, ao longo do prazo, a situação que a UJ pretende medir e de refletir os resultados das intervenções efetuadas na gestão.

A UJ possui metodologia de coleta, processamento e divulgação transparente e replicável, visto que as fontes de dados são coletadas e introduzidas no Sistema Integrado de Ensino – SIE, tornando-as mensuráveis e confiáveis.

Os indicadores são de fácil compreensão pelo público em geral, bem como apresentam uma relação razoável entre seu custo de obtenção e os benefícios esperados para melhoria da gestão da Unidade.

4 AVALIAÇÃO DOS INDICADORES DOS PROGRAMAS TEMÁTICOS RELACIONADOS NO PPA E DAS AÇÕES RELACIONADAS NA LOA

Não consta do Plano Plurianual 2012-2015 (Lei nº 12.593/2012) Programa Temático sob responsabilidade do MPU.

As ações relacionadas na LOA sob responsabilidade da UJ referem-se ao Programa 0581 – Defesa da Ordem Jurídica. As avaliações a respeito dessas ações estão detalhadas a seguir:

4.1 Avaliação dos Projetos – Cumprimento das Metas Previstas no Plano Plurianual 2012/2015

Comentaremos, nos subitens a seguir, a execução e os resultados dos projetos relacionados no Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2012 para a ESMPU.

4.1.1 Projeto 11EQ – Construção do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União – ESMPU

Após parceria estabelecida entre o MPF e a ESMPU, a especificação técnica para contratação do projeto foi realizada pela Coordenadoria de Engenharia e Arquitetura da Procuradoria Geral da República - CEA/PGR. Foram previstos, no exercício de 2012, para execução da segunda etapa da obra, R\$ 500.000,00. Contudo, houve problema com a documentação de todos os participantes da Tomada de Preços nº 01/2012, implicando na necessidade de repetição do certame no início do exercício de 2013.

Um crédito extraordinário, no valor de R\$ 2.666.667,00, foi aberto por meio da MP 598, publicada no Diário Oficial da União -DOU de 27/12/2012. Por meio da Portaria/PGR nº 768, de 11/12/12, publicada no DOU nº 240, de 13/12/12, realizou-se o cancelamento do valor de R\$ 100.000,00 na dotação orçamentária, o qual foi alocado na Ação 20HP, para fins de adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU. Assim, a dotação final para 2012 foi de R\$ 3.066.667,00. A meta física prevista para o exercício de 2012 na Lei Orçamentária Anual – LOA foi de 9% do total do projeto.

Dos Restos a Pagar inscritos no exercício de 2011 no valor de R\$ 7.641.507,50, foram pagos em 2012 R\$ 6.928.355,10, restando como Restos a Pagar R\$ 713.152,40.

Cabe acrescentar que no Relatório de Auditoria nº 25/2012, da Auditoria Interna do MPU, no subitem 3.7.1, foi relatada a execução da 1ª Etapa da obra do Centro de Treinamento da Escola Superior do Ministério Público da União com as seguintes informações:



6/14

Verificamos que consta do processo o edital da Concorrência nº 3/2010 (...). O critério de julgamento foi o de menor preço global.

A sessão para recebimento e abertura da documentação e das propostas, referente à Concorrência nº 3/2011, realizou-se às 13h30 do dia 5/12/2011 (...).

Sagrou-se vencedora a empresa PW Engenharia e Construções LTDA, com proposta no valor global de R\$ 7.641.507,50 e BDI de 21,75 %.

(...)

(...) O prazo para execução do objeto contratado foi fixado em 12 meses, a contar da data da ordem do início dos serviços. As obras foram iniciadas em 24/2/2012.

A análise do cronograma físico-financeiro e dos pagamentos da obra demonstrou que o valor total pago à Contratada foi de R\$ 2.275.538,85, referente ao período de 27/2 a 30/6/2012, o que corresponde a um percentual de 29,78 % do valor global do Contrato.

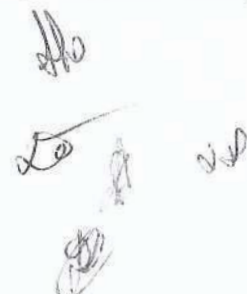
As planilhas de medições encontram-se devidamente atestadas pela fiscalização, bem como a retenção dos tributos estão em conformidade com a legislação aplicável.

Verifica-se do acima exposto que a execução da obra encontra-se bem próxima ao previsto no cronograma físico-financeiro."

4.2 Avaliação das Atividades – Cumprimento das Metas Previstas na Lei Orçamentária Anual

Comentaremos, nos subitens a seguir, a execução e os resultados das atividades relacionadas no Orçamento Geral da União - OGU do exercício de 2012 para a ESMPU.

As atividades sob responsabilidade da UJ são, em sua maioria, referentes a despesas obrigatórias, destinadas à assistência a servidores, conforme abaixo relacionado.



4.2.1 Atividade 4091 – Capacitação de Recursos Humanos

No Orçamento Geral da União de 2012, foi alocado à Escola Superior do Ministério Público da União crédito orçamentário no valor de R\$ 3.335.000,00 para essa ação.

Foram empenhados R\$ 3.287.307,19, liquidados e pagos R\$ 3.265.084,55. A ação teve execução de 97,90%, sendo inscritos em restos a pagar não processados R\$ 22.223,00.

A meta física prevista era de capacitar 4.794 servidores, tendo sido capacitados 4.163. A meta física atingiu o percentual de execução de 86,83%.

Sobre a referida ação, a Unidade prestou os seguintes esclarecimentos no Relatório de Gestão, fl. 39:

“Com o objetivo de cumprir a missão da Escola de facilitar o contínuo aperfeiçoamento dos membros e servidores do MPU para uma atuação profissional eficaz, estava prevista para 2012 a realização de 152 atividades acadêmicas. Destas, 96 foram executadas, 52 foram canceladas e 4 estão em execução, totalizando cerca de 4.163 treinados nas ações de capacitação promovidas pela ESMPU. Contudo, ainda há atividades acadêmicas em execução, iniciadas no ano de 2012. Somando a quantidade de servidores que ainda estão em processo de treinamento e a quantidade dos efetivamente treinados, a ESMPU atinge a meta física e o objetivo previsto para o ano de 2012. Contudo, pretende-se aumentar gradualmente a meta física anual, a partir da oferta de mais atividades necessárias à capacitação de membros e servidores do órgão.”

4.2.2 Atividade 20HP - Gestão e Administração da Escola Superior do Ministério Público da União

No Orçamento Geral da União para o exercício de 2012, houve dotação no valor de R\$ 4.273.334,00 para esta atividade. No Relatório de Gestão apresentado, a Unidade informou que foram pagos R\$ 2.607.483,00 e inscrito em Restos a Pagar não Processados o valor de R\$ 653.548,00.

Conforme o relatório de Gestão, realizaram-se nesta ação despesas com os principais contratos vigentes de manutenção e serviços (limpeza, conservação, recepcionista, copeiragem, cópias e reprodução de documentos, entre outros), necessários à manutenção da estrutura física das instalações desta ESMPU. Houve, ainda, créditos orçamentários suplementares no montante de R\$ 150.000,00 para


8/14

adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU, por meio da Portaria/PGR nº 768, de 11/12/12, publicada no DOU nº 240, de 13/12/12.

De acordo com a Unidade o objetivo da ação foi efetivamente atingido, proporcionando um suporte necessário para o desenvolvimento das atividades acadêmicas desenvolvidas por esta ESMPU com excelência. Houve 80% de apoio realizado face aos 100% previstos como meta física.

4.2.3 Atividade 4268 - Pesquisa na Área Jurídica

No Orçamento Geral da União de 2012 houve uma dotação no valor de R\$ 250.000,00. O empenho executado foi de R\$ 172.480,00 e inscritos em Restos a Pagar Não Processados o valor de R\$ 3.840,00. A meta física prevista para o exercício de 2012 foi de 1 pesquisa na área jurídica, sendo atingida completamente.

Por meio da Portaria/PGR nº 768, de 11/12/12, publicada no DOU nº 240, de 13/12/12, a PGR realizou o cancelamento do valor de R\$ 50.000,00, o qual foi alocado na Ação 20HP, para fins de adequação da execução orçamentária ao planejamento da ESMPU.

5 AVALIAÇÃO DA QUALIDADE E SUFICIÊNCIA DOS CONTROLES INTERNOS

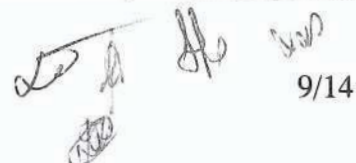
A ESMPU apresentou Quadros no Relatório de Gestão com os quesitos a serem avaliados a respeito da Estrutura de Controles Internos da UJ conforme item 3.2 da Parte A do Anexo II da DN TCU nº 119/2012, detalhado no item 3 da Portaria TCU nº 150/2012, considerando as afirmativas que compõem o Quadro A.3.1 desse item.

Verificamos em trabalhos de auditoria de acompanhamento de gestão que a Unidade apresenta um bom ambiente de controle, sendo a comunicação dentro da UJ adequada e eficiente.

Conforme o Relatório de Gestão da ESMPU, os altos dirigentes percebem que os controles internos são essenciais à consecução dos objetivos da unidade e dão suporte adequado ao seu funcionamento e, ainda, existe adequada segregação de funções nos processos da competência da UJ.

Ainda, segundo a UJ, os procedimentos de controles internos administrativos respeitam as políticas e ações, de natureza preventiva ou de detecção, para diminuir os riscos e alcançar os objetivos, possuindo custo apropriado ao nível de benefícios que possam derivar de sua aplicação.

Em relação à informação e comunicação, a Unidade observa que a informação relevante é devidamente identificada, documentada, armazenada e comunicada tempestivamente às pessoas adequadas.


9/14

Essas informações, consoante a UJ, são dotadas de qualidade suficiente para permitir ao gestor tomar as decisões apropriadas. As informações divulgadas internamente atendem às expectativas dos diversos grupos e indivíduos da UJ, contribuindo para a execução das responsabilidades de forma eficaz.

A ESMPU afirma que monitora constantemente o sistema de controle interno para avaliar sua validade e qualidade ao longo do tempo, tendo sido considerado adequado e efetivo pelas avaliações sofridas.

6 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE PESSOAS – NÃO SE APLICA

7 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DAS TRANSFERÊNCIAS FEITAS MEDIANTE CONVÊNIO, CONTRATO DE REPASSE, TERMO DE PARCERIA, TERMO DE COOPERAÇÃO, TERMO DE COMPROMISSO OU OUTROS ACORDOS, AJUSTES OU INSTRUMENTOS CONGÊNERES

O Órgão não promoveu transferência de recursos financeiros e nem recebeu recursos mediante convênio, contrato de repasse, termo de parceria e termo de compromisso.

A ESMPU possui um Acordo de Cooperação Técnico-Científica com a Fundação Oswaldo Cruz com o objetivo de permitir parceria em ações de treinamento, desenvolvimento e educação.

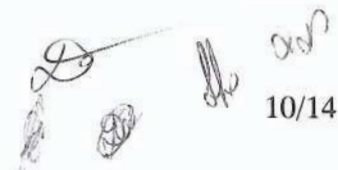
Conforme o Relatório de Auditoria de Gestão, o cronograma de repasse obedeceu o estabelecido no Plano de Trabalho, tendo sido repassado à Fundação Oswaldo Cruz – FIOCRUZ os valores a seguir indicados.

O primeiro repasse foi realizado em novembro de 2011 - R\$ 117.288,30, referente a entrega dos seguintes produtos: Elaboração do Projeto Pedagógico; Desenvolvimento dos Conteúdos; Desenvolvimento da Plataforma Lógica e Seleção e Treinamento de Tutores.

O repasse da segunda parcela, no valor de R\$ 25.000,00, ocorreu no mês de abril de 2012, após validação pelo gestor do contrato da entrega da Divulgação do Curso, Seleção e Matrícula dos alunos, Inserção dos alunos no ambiente virtual e início das aulas.

A terceira parcela, no valor de R\$ 40.288,30 foi repassada em novembro de 2012, em virtude do desenvolvimento do curso. Os valores foram repassados com recursos do MPF pela Secretaria Geral - SG/PGR (UG 200097), dia 26/11/2012, por meio da Nota de Crédito 2012NC004763.

Os valores a serem repassados com os devidos produtos estão definidos no Plano de Trabalho do Termo Aditivo.


10/14

O prazo de validade do Termo Aditivo é de 19 meses a partir da data de sua assinatura, em outubro de 2011.

8 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE COMPRAS E CONTRATAÇÕES

A ESMPU apresentou análise crítica no Relatório de Gestão informando que, devido aos limites orçamentários impostos pela Secretaria de Orçamento Federal do Governo Federal – SOF/MPOG, não contou com dotação suficiente para a execução de suas atividades de capacitação de membros e servidores dos ramos do MPU, além da manutenção de sua estrutura. Dessa forma, houve a solicitação de créditos adicionais à Secretaria de Planos e Orçamento da Procuradoria Geral da República, para fins da execução das atividades do MPF, como forma de não prejudicar as atividades da ESMPU.

Conforme avaliação, por amostragem, da regularidade dos processos licitatórios realizados pela ESMPU, incluindo dispensa e inexigibilidade de licitação, não foram encontradas irregularidades/impropriedades pendentes de medidas a serem tomadas pela UJ.

Conforme o citado relatório, quanto ao critério de sustentabilidade ambiental, a UJ não tem incluído critérios de sustentabilidade ambiental em suas licitações que levem em consideração os processos de extração ou fabricação, utilização e descarte dos produtos e matérias-primas. Ademais, não há preferência por aquisições de produtos fabricados por fonte não poluidora, bem como nos processos licitatórios não tem sido considerada a certificação ambiental por parte das empresas participantes. Consoante informa a ESMPU, no último exercício, houve poucas aquisições de produtos reciclados (ex: papel reciclado) e de veículos automotores mais eficientes e menos poluentes, assim como não existe uma preferência pela aquisição de bens/produtos passíveis de reutilização, reciclagem ou reabastecimento (refil e/ou recarga).

Com respeito aos controles internos administrativos, não foi detectada falha grave nos processos analisados, e, ainda, quanto às demais falhas, foram acatadas as medidas corretivas propostas por este Órgão de Controle.

9 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DO USO DOS CARTÕES DE PAGAMENTO DO GOVERNO FEDERAL

A ESMPU não utilizou Cartão de Pagamentos do Governo Federal no exercício de 2012, pois a Unidade trabalha com Suprimento de Fundos na modalidade “Conta Tipo B”.



Handwritten signatures and initials, including a circled signature and several other marks.

10 AVALIAÇÃO DE PASSIVOS ASSUMIDOS PELA UJ SEM PRÉVIA PREVISÃO ORÇAMENTÁRIA DE CRÉDITOS OU RECURSOS

Não há registros contábeis que demonstrem a realização do procedimento em questão.

11 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DE TECNOLOGIA DA INFORMAÇÃO

A Unidade informou que a elaboração do PDTI está prevista no Plano de Desenvolvimento Institucional, Critério 2 – Estratégias e Planos, Meta 4, porém ainda não pode ser iniciado por limitações no quadro de pessoal.

12 IRREGULARIDADES QUE RESULTARAM EM DANO OU PREJUÍZO AO ERÁRIO

No decorrer do exercício de 2012, foram realizadas auditorias *in loco* na ESMPU, em relação a atos de gestão orçamentária, financeira, patrimonial, relativos às contas de 2012, com o objetivo de verificar o cumprimento das normas legais aplicáveis, avaliar os controles internos e a compatibilidade dos custos contratados com os parâmetros da SLTI/MPOG, assim como os estabelecidos pela AUDIN/MPU.

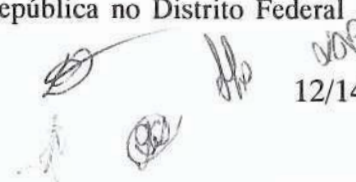
Nos trabalhos de auditoria realizados sobre as contas sob exame, verificou-se a regularidade dos atos praticados. As falhas e impropriedades detectadas foram objeto de recomendação aos respectivos dirigentes, para as quais foram encaminhadas à AUDIN/MPU informações, quanto à implementação ou justificativa para correção das falhas indicadas, sendo confirmada por este Órgão de Controle Interno a implementação das medidas informadas pelo respectivo gestor, as quais foram consideradas satisfatórias.

Não foi constatada falha ou irregularidade que tenha causado dano ao Erário.

13 AVALIAÇÃO DE GESTÃO DO PATRIMÔNIO IMOBILIÁRIO DE RESPONSABILIDADE DA UJ

A Escola Superior do Ministério Público da União - ESMPU não possui bens imóveis locados e não os aluga a terceiros.

A ESMPU funciona em imóvel próprio, localizado na SGAS Quadra 604, Lote 23, Brasília/DF. O imóvel é composto por um prédio de 5 pavimentos e garagem, com área construída de 10.452,08 m². O uso do imóvel é compartilhado com a Procuradoria da República no Distrito Federal -

 12/14

PR/DF, sendo de 5.812,56m² a área utilizada pela ESMPU. O imóvel possui registro cartorial e cadastro no SPIUnet, sendo a ESMPU responsável pelo montante de R\$ 8.467.938,97 ou 55,98% do total de R\$ 15.125.334,07.

A administração do edifício-sede da ESMPU e Procuradoria da República no Distrito Federal - PR/DF é dividida entre as duas Unidades, ficando os contratos de manutenção e, conseqüentemente, suas despesas, a cargo da Escola Superior do MPU. As despesas com reforma, no exercício de 2012, foram realizadas pela PR/DF.

A ESMPU possui, ainda, um terreno localizado na SGAS Quadra 603, módulo 22, Brasília/DF, medindo 5.000m², devidamente registrado em cartório de registro de imóveis e cadastrado no SPIUnet. O terreno é destinado à construção do Centro de Treinamento da ESMPU.

As obras referentes à 1ª Fase (estrutura) da construção do CT da ESMPU estão em andamento, com término previsto para o corrente exercício.

Com relação à gestão de imobilizados, convém destacar que não houve crescimento no valor de avaliação dos bens imóveis sob a responsabilidade da Unidade, quando comparado ao exercício de 2011.

Observa-se que o estado de conservação dos imóveis é adequado e, conforme consta do Relatório de Gestão da ESMPU, a estrutura de pessoal é suficiente para a gestão de bens imóveis sobre responsabilidade da UJ.

14 AVALIAÇÃO DA GESTÃO DA UJ SOBRE A RENÚNCIA TRIBUTÁRIA


A Unidade não praticou renúncias tributárias no exercício de 2012.

15 SITUAÇÕES NÃO CONTEMPLADAS NOS DEMAIS ITENS DO RELATÓRIO QUE AFETAM O JULGAMENTO DA GESTÃO DOS RESPONSÁVEIS

Não identificamos situações outras que afetem o julgamento da gestão dos responsáveis no processo de contas.

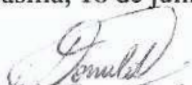
CONCLUSÃO

Em decorrência das análises efetuadas concernentes às informações constantes do Relatório de Gestão, assim como das avaliações nos controles internos e nos atos de gestão, propomos ao Secretário de Auditoria da AUDIN/MPU, em exercício, a emissão de Certificado de Auditoria pela


 13/14

REGULARIDADE das Contas dos responsáveis pela Escola Superior do Ministério Público da União,
relativas ao exercício de 2012.

Brasília, 16 de julho de 2013.

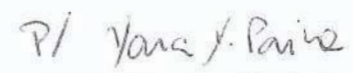

Donaldo Cesar Rodrigues
Técnico de Controle Interno



Andrea Grimaldi Lingerfelt
Técnica de Controle Interno


Nelson Silva Lopes
Chefe da COGES/DIAUG

De acordo.

Em 16 de julho de 2013.


Flávio Henrique H. C. de Albuquerque
Coordenador de Auditoria de Acompanhamento
de Gestão


Daiane Gabriela Lucas Tavares
Coordenadora de Auditoria de Recursos
Humanos, em exercício